

PSICOPEDAGOGIA & INCLUSÃO – O PAPEL DO PROFISSIONAL E DA ESCOLA

Elcie F. Salzano Masini

RESUMO - Esta comunicação focaliza os conceitos de Psicopedagogia e de inclusão; faz referência às influências que deram origem ao movimento pela inclusão no Brasil e às características da inclusão, nos anos de 1998 a 2002. Convida a refletir sobre a especificidade do papel do psicopedagogo e sua contribuição para a inclusão escolar dos alunos com deficiência e sem deficiência.

UNITERMOS: Psicopedagogia; psicopedagogo e inclusão.

INTRODUÇÃO

Esta comunicação propõe uma reflexão sobre o papel do psicopedagogo para a inclusão escolar do aprendiz. Como os conceitos de Psicopedagogia e de inclusão são compreendidos e interpretados de variadas formas, cabe, como ponto de partida, retomar o que nesta comunicação se entende por psicopedagogia e por inclusão.

PSICOPEDAGOGIA

Psicopedagogia é concebida como a área que estuda o ato de aprender, entendendo-se o ato de aprender como os sentimentos, as ações, as elaborações do sujeito durante o seu processo de aprendizagem e a consciência que ele tem do que realiza.

A intervenção psicopedagógica pode ser educacional ou clínica. É educacional quando estuda, analisa e propicia condições para que o aprendiz organize e elabore dados e informações, utilizando-os em sua vida. É clínica quando estuda e analisa bloqueios, para que o aprendiz

ultrapasse dificuldades e problemas de aprendizagem e possa organizar e elaborar dados e informações, utilizando-os em sua vida.

INCLUSÃO

Inclusão, do verbo incluir (do latim *includere*), no seu sentido etimológico, significa conter em, compreender, fazer parte de, ou participar de. Assim, falar em inclusão escolar é falar do educando que se sente contido na escola, ao participar daquilo que o sistema educacional oferece, contribuindo com seu potencial para os projetos e programações da instituição. Falar em

PSICOPEDAGOGIA

ÁREA QUE ESTUDA O ATO DE APRENDER

ATO DE APRENDER = sentimentos, ações, elaborações do sujeito durante o seu processo de aprendizagem e a consciência que ele tem do que realiza

Elcie F. Salzano Masini - Doutora em Psicologia da Educação pela PUC-SP e Livre Docente em Educação Especial na USP. Coordenadora da Especialização em Psicopedagogia da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

*Correspondência
Rua dos Franceses, 498, Bloco F. apto 142
Cep 01329 – 010 – São Paulo - SP
delcie@bol.com.br*

inclusão é remeter a situações concretas que ilustrem a afirmação¹: *“O princípio fundamental da inclusão é a valorização da diversidade. Cada pessoa tem uma contribuição a dar”*.

O movimento pela inclusão no Brasil surgiu de diversas influências: da luta européia de oposição à exclusão da pessoa deficiente mental do convívio social, que deu origem à Liga Internacional pela inclusão; da Conferência Internacional realizada em Salamanca em 1994, sobre a “educação para todos”, na qual ficou decidida a inclusão de crianças com deficiências em escolas comuns; da proposta integracionista dos Estados Unidos da América, já na década de 1950, quando, experimentalmente, em São Paulo, no Instituto de Educação “Caetano de Campos”, teve início a primeira sala de recursos para deficientes visuais estudarem em classes comuns.

Das tentativas de inclusão no Brasil, nos anos 1998 a 2002, pode-se assinalar algumas características, entre as quais:

- adoção da declaração de Salamanca nas diretrizes educacionais dos órgãos federais e estaduais; decretos oficiais para matricular as crianças com deficiência nas escolas regulares;
- inserção do tema inclusão em programas e eventos científicos, em reivindicações ligadas às pessoas com deficiência, em publicações e nos meios de comunicação;
- constatação de que a educação não propicia a inclusão sem transformações no contexto das escolas/ ao matricular de forma indiscriminada, sem realizar estudos sobre as condições específicas para o atendimento da criança com deficiência e sem o preparo de professores.

Esse movimento de inclusão no Brasil foi acompanhado de aplausos e de reprovações. De um lado houve concordância a respeito da inclusão como oposição à exclusão. Todos passaram a defendê-la e ninguém se arriscaria a se pronunciar contra ela. De outro, houve discordância quanto à inclusão indiscriminada, na qual, sem qualquer avaliação prévia, a criança é matriculada na escola regular. Deixa-se, assim, de analisar as condições da criança com deficiência e das necessidades requeridas para seu atendimento, quer do ponto de vista de recursos humanos, quer do ponto de vista das adaptações físicas e materiais. Por um lado, a

escola aceita que a criança com deficiência faça parte do quadro discente. Por outro, a escola não se modifica quanto à formação de professores, permanecendo estes sem saber lidar com a criança diferente. Acresce-se a essa problemática o fato de que o professor especializado, em sua formação, também não aprendeu a lidar com o professor regular. Assim, a entrada de crianças com deficiência na escola regular é acompanhada de falta de consenso sobre as implicações pedagógicas requeridas para que o processo de inclusão possa ocorrer.

Essa situação convida a refletir mais sobre as tentativas educacionais de inclusão de crianças com deficiência, procurando assinalar o que propiciou e o que constituiu dificuldade. Um levantamento de opiniões² de profissionais e professores de um centro de atendimento a pessoas com deficiência visual assinalou condições em que a inclusão poderia ocorrer (união escola x comunidade; equipe apta e com número suficiente de especialistas; disponibilidade de equipamento apropriado; apoio técnico e pedagógico) e condições impróprias à inclusão (classes com 35 a 40 alunos; professora sem formação para lidar com a criança com deficiência; falta de elementos suficientes na equipe para orientar família e pessoal da escola e falta de equipamento apropriado).

Desses depoimentos, bem como dos relatos de inclusão escolar realizadas em países desenvolvidos e em desenvolvimento³ e as mudanças dos sistemas de escolas públicas que viabilizaram a inclusão, foram levantados alguns itens importantes a serem considerados referentes à inclusão. Os passos assinalados por esses autores para solucionar o desafio da inclusão evidenciaram um preparo cuidadoso referente a aspectos educacional, estrutural, político, administrativo e organizacional. De forma bastante simplificada, isso implica dizer que seria indispensável assegurar atenção aos seguintes itens:

- credibilidade no processo de inclusão;
- convencimento e apoio de pais e administradores;
- preparo do pessoal da educação geral;
- disponibilidade de profissionais e local apropriado para implantação;
- apoio de uma comissão de luta envolvendo pais, líderes comunitários, e profissionais;

- organização de planejamento e passos de mudança;
- constante avaliação e reestudo dos serviços;
- acompanhamento sobre a extensão da inclusão.

Esses cuidados² evidenciam atitudes de uma inclusão responsável, como denomina Bove, referindo-se àquela cuja diretriz central é servir e atender à criança com deficiência. A inclusão responsável requer, portanto, atenção a:

- formação de profissionais especializados para atendimento de pessoas com necessidades especiais e para assessorar professores;
- exame das condições das escolas, adequando-as quando necessário;
- projetos de estrutura teórico/prática, avaliando o que está ocorrendo com a criança;
- análise das formas possíveis para que se realize em benefício da criança;
- auto-avaliação do profissional envolvido na inclusão, de suas possibilidades e limites pessoais e profissionais e de como pode contribuir.

BRASIL: REALIDADE EDUCACIONAL

A política educacional propiciaria a inclusão desde que viabilizasse a educação escolar e social em benefício da criança que tem sido excluída por ser diferente do padrão médio: ter deficiência ou ser de outra cultura, com outros hábitos, linguagem e valores. A Fig. 1 mostra dados que ilustram essa exclusão da criança do processo de escolarização⁴ e que não foi alterada até final de 2002.

Frente a esses dados, fica o convite para que se reflita a respeito das possíveis formas e

encaminhamentos para viabilizar a inclusão dos alunos em geral e dos alunos com deficiência no processo de escolarização. Caberia, pois, nesse sentido voltar-se para as investigações sobre experiências em escolas referente a recursos humanos e materiais procurando explicitar:

- como foi feita a integração e a inclusão;
- que alunos foram integrados e incluídos;
- onde foram incluídos no que se refere à escola e à sociedade;
- o que se objetivou com a proposta de inclusão;
- como ocorreu o processo de inclusão e o que desencadeou.

IDENTIDADE DA PSICOPEDAGOGIA

No final do século XVIII e início do século XIX, procurava-se identificar no físico as determinantes das dificuldades de aprendizagem. Os médicos educadores, como Esquirol, Itard, Seguin, que muito contribuíram para os fundamentos de uma didática para trabalhar com crianças com deficiência mental, ilustraram a importância atribuída ao diagnóstico médico e às características de uma ação pedagógica vinculada ao médico. O primeiro Centro Psicopedagógico⁵, criado em 1946 em Paris, teve como objetivo desenvolver um trabalho cooperativo médico-pedagógico. Nesse enfoque de trabalho o diagnóstico psicopedagógico visava esclarecer a inadaptação escolar e social e corrigi-la, trazia implícita uma concepção de educação determinada pela sociedade já estruturada, à qual o homem deveria adaptar-se.

FIGURA 1

1986– Escolas Públicas – Índice de reprovação na 2ª série do Ensino Fundamental nível I (EFI) – 30,45% Permanência na escola cursando EFI correspondente a 4 anos é de 8 anos. Concluem sem repetência o EFI três em cada 100 alunos matriculados.

1995– Pesquisa sobre ensino da UNICEF – o Brasil detém o 4º pior desempenho

2000– Não há repetência na 2ª série EFI porque a promoção é automática. Há alunos na 4ª série EFI não alfabetizados e que desconhecem as operações de matemática.

Nem todos, porém, concordaram com esse enfoque. Na década de 60, Vasquez e Oury⁶ afirmavam que medir, observar, testar, rotular o aluno, individualmente, poderia levar a distorções. Manonni reiterou essas críticas ao afirmar que todos sabiam falar de diagnóstico e encaminhar para a reeducação, para a criança ser adaptada ao que a sociedade dela esperava. Em sua obras^{7,8,9} criticou o diagnóstico que fragmentava a criança e depois encaminhava-a para atendimento de especialidades múltiplas, com a finalidade de readaptá-la. Essa questão do fracasso, que põe em xeque a crença no diagnóstico, foi aparecendo em diferentes locais. Surgiu, assim, a tendência de focar o processo resgatando a importância do social, em vez de restringir-se a uma análise dos fatores intrapsíquicos, orgânicos e familiares. No Brasil, entre outros autores, Masini¹⁰ questionou as classificações realizando pesquisa e uma proposta alternativa de atendimento ao "aluno difícil"; Patto¹¹ focalizou o assunto do ponto de vista da política educacional ao referir-se à "produção do fracasso"; Fonseca¹² apontou o problema das responsabilidades para lidar com o fracasso escolar; Collares¹³ retomou o tema, discutindo-o frente às questões de ordem orgânica versus social.

Pode-se dizer que a identidade da Psicopedagogia foi desencadeada por descrenças. Descrença de que se possa propiciar o aprender cuidando apenas de procedimentos metodológicos e didáticos; descrença de que se possa lidar com a cognição como fator isolado, sem considerar a totalidade vivencial e cultural do aprendiz; descrença na concepção de um "saber" restrito ao aspecto intelectual.

O surgimento da Psicopedagogia significou o resgate de uma visão global do ser humano no seu ato de aprender. Constituiu-se assim uma área de estudos voltada para o processo do aprender humano, na sua totalidade como individualidade de ser social; na abrangência de ser corpo (sentir/perceber) de ser afetividade (valores, desejos, interesses, necessidades) de ser pensamento (conceitos, idéias e reflexão).

IDENTIDADE DA PSICOPEDAGOGIA

DESENCADEADA PELA DESCRENÇA EM:

- propiciar o aprender cuidando apenas de recursos metodológicos e didáticos;
- lidar com a cognição como fator isolado, sem considerar a totalidade vivencial e cultural do aprendiz

Nesta área de estudos, qual seria, pois, o papel do psicopedagogo?

Reiterando o já citado anteriormente, na instituição educacional, caberiam intervenções para que o aprendiz organize e elabore dados e informações, utilizando-os em sua vida; na clínica, caberiam análises dos bloqueios para que o aprendiz ultrapasse dificuldades e problemas de aprendizagem e possa organizar e elaborar dados e informações.

INCLUSÃO: O QUE CABE AO PSICOPEDAGOGO?

Considerando o que foi dito sobre Psicopedagogia e sobre inclusão, pode-se afirmar que a contribuição do psicopedagogo para a inclusão do aluno no processo educacional e social seria, pois, o de:

- oferecer condições à participação no meio social em que se vive;
- partir do que o aluno dispõe e atender às suas necessidades para aprender pensando elaborando e decidindo;

Avaliar possibilidades e dificuldades do aprendiz:

- o que compreende e o que não compreende;
- habilidades e operações nas áreas de conhecimento;
- recursos que propiciam organização e elaboração do ensinando;
- recursos para desenvolver habilidades e operações;

Fundamentar e ilustrar a importância de:

- atender as necessidades e ensinar a partir do que o aluno conhece e tem possibilidades;
- oferecer condições para o aluno elaborar e decidir;

- avaliar continuamente, propiciando ao aluno oportunidades de refazer atividades e compreender o que e onde errou.
Opor-se a:
- pseudo-escolarização;
- ausência de avaliação, que elimina o elaborar, o aprender, o pensar;
- promoção automática, que desrespeita o ser humano e desacredita em seu potencial.

CONTRIBUIÇÃO DO PSICOPEDAGOGO PARA A INCLUSÃO

Fundamentar e ilustrar a importância de:

- oferecer condições para o aluno elaborar, decidir, criar e, assim, participar e contribuir para seu meio social;
- opor-se à pseudo-escolarização, à ausência de avaliação, que desrespeita o ser humano e desacredita seu potencial.

SUMMARY

Psychopedagogy & inclusion. The role of the professional and the school

This communication focus on concepts of Psychopedagogy (Counseling of learning) and of inclusion; it deals with the influences from where came the inclusion movement in Brazil and the features of inclusion in the years 1998 till 2002. It invites the reader to think about the specific role of the psicopedagogo (Counselor of learning) and his contribution to the school inclusion of students with and without deficiencies.

KEY WORDS: Psychopedagogy; psicopedagogo and inclusion.

REFERÊNCIAS

1. Dens, A. La Educación Especial una visión sobre la integración y la inclusión desde un enfoque pedagógico Tema livre apresentado no II Encontro Mundial de Educación Especial Havana/ Cuba, 1998.
2. Masini EFS. Inclusão Escolar In Scoz, B. J. Lima et al. Psicopedagogia: avanços teóricos e práticos: escola, família, aprendizagem São Paulo: Vetor, 2000
3. Liberty, Kathleen & Haring, Norris Establishing Inclusive School Communities, in Haring, Norris & Romer, Lyle T. Welcoming Students who are Deaf-Blind into Typical Classrooms. Baltimore: Paul Brookes Publishing CO. 1995.
4. Shirahige, EE. Psicopedagogia na Escola in Masini E.F.S.(org.) Ação Psico-pedagógica. São Paulo: Memnon/Mackenzie, 2000.
5. Mauco, G.L' inadaptation scolaire et sociale et ses remèdes. Cahiers de Pedagogie Moderne – Collection Bourrelier. Paris: Lib. Armand Collin, 1964.
6. Vasquez, A. Oury, F Vers une pédagogie institutionnelle. Paris: François Maspero, 1967.
7. Manonni, M. L'enfant arriéré et sa mère. Paris: Ed. du Seuil, 1964.
8. Manonni, M. L'enfant sa " maladie" et les autres. Paris: Ed. du Seuil, 1967.
9. Manonni, M. Éducation impossible. Paris: Ed. du Seuil, 1973.
10. Masini EFS. Aconselhamento escolar uma proposta alternativa: atendimento ao "aluno difícil", Tese de Doutorado defendida na PUCSP em 1982, publicada com o mesmo título em São Paulo pela Ed. Loyola, 1984.
11. Patto, MH. A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia. São Paulo: PA. Queiroz, 1987.
12. Collares, CAL. Ajudando a classificar o fracasso escolar Revista Idéias, FTD. São Paulo, 1987.
13. Fonseca, V. Educação Especial. Porto Alegre: Artes Médicas, Sul Ltda, 1987.

Trabalho apresentado em evento promovido pela ABPp na APAE sobre o tema, em maio de 2002.

*Artigo recebido em 12/01/2003
Aprovado em 26/02/2003*